

Série foi aprovada em concorrência pública

Quem utilizar as regras do acordo antes de sua instituição cometerá erros de ortografia

Apesar de o Ministério da Educação afirmar que a reforma ortográfica ainda não vale, a Secretaria de Educação de Minas Gerais deu seu aval para os livros editados pela Lê. Tanto é que as duas coleções de português com as alterações foram incluídas na lista dos livros que podem ser adotados pelas escolas da rede pública estadual. As séries constam da lista de dez livros aprovados na concor-

rência pública número 001/95.

Isso quer dizer que, se um professor desavisado pedir o livro, ele não encontrará exemplos de tremas ou acentos nos ditongos abertos éi e ói. "A secretaria sabe o que está fazendo", justificou, irritada, a coordenadora do Programa do Livro Didático da secretaria mineira, Luzia Carvalho. Segundo ela, a lista foi feita a partir da análise de quesitos. "Os livros da Lê obtiveram boa pontuação."

Perguntada sobre os riscos de o ensino mineiro passar a usar um livro com português incorreto Luzia rebateu: "O português dos livros não está errado." Sobre a au-

sência de tremas, ela completou: "Vocês estão muito preocupados se lingüiça tem ou não o trema."

Ao contrário do que pensa a coordenadora de Minas, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), membro da Academia Brasileira de Letras, diz que quem usar as regras do acordo ortográfico antes de sua instituição legal cometerá erros de ortografia. "A reforma não pode ser usada antes de entrar em vigor." Para o diretor da editora Moderna, Sérgio Couto, não há explicação para a atitude da Lê: "Será que todos nós estamos errados e eles são os únicos certos?" (L.F.)